



**PROCESSO N° 10226/2023**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO N° 05/2023**

**Julgamento de Recurso impetrado pela empresa ADILSON FRANCISCO DA SILVA**  
**00988579405**  
**CNPJ n° 22.914.399/0001-59**

**Objeto:** seleção de bandas de música, completas e com cantores, do gênero forró, com o intuito de compor a grade de apresentações que ocorrerão no São João do município de Arapiraca/AL no ano de 2023.

Trata o presente expediente de Recurso acerca do Julgamento Preliminar do Processo n° 10226/2023, Chamamento Público n° 05/2023, apresentado pela empresa ADILSON FRANCISCO DA SILVA 00988579405, CNPJ n° 22.914.399/0001-59.

#### **DO RECEBIMENTO DA PEÇA**

Cumprе destacar que o Recurso foi recebido pela Comissão Permanente de Licitação, tempestivamente, tendo sido autuado através do Chamamento Público n° 05/2023.

#### **DO CONTEÚDO DO RECURSO**

Em sua fundamentação, a recorrente afirma, in verbis:

Motivo, certidão da receita federal, pessoa jurídica.

Tentei de todas as formas puxar a minha certidão positiva com efeito negativo pessoa física e jurídica, só que não saiu como pessoa jurídica, por conta de uma pendência, fiz um parcelamento que estou pagando, inclusive estou em dia, mas não sei por qual motivo não liberaram a minha certidão pessoa jurídica. Peço encarecidamente a vocês que se possível revejam essa questão, até porque já fomos aprovados no edital do ano anterior e tocamos temos histórico aí na prefeitura. (...)

#### **DO MÉRITO**

Preliminarmente, é conhecido que a licitação, como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à lei, aqui citando particularmente a Lei Federal n° 8666/93.



Esta Comissão Permanente de Licitação agiu com estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 3º da mesma lei, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e os que lhes são correlatos.

Cumpre esclarecer que o edital é a lei interna da Licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em Edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

A vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório é uma garantia constitucional, e irá orientar a atuação tanto do órgão promotor da licitação quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei nº 8666/93, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei, que assim estabelece: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

### **CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RECURSO**

Conforme constante na Ata de Julgamento Preliminar da Chamada Pública nº 05/2023, datada de 16 de junho de 2023, a empresa ADILSON FRANCISCO DA SILVA 00988579405 foi inabilitada por não ter apresentado a Certidão negativa de tributos federais da pessoa jurídica, desatendendo ao estabelecido no subitem 7.3, inciso I, alínea "f" do Edital. Em vez disso, apresentou a Certidão negativa de tributos federais da pessoa física.

A Recursante informa em sua peça que não está conseguindo emitir a sua Certidão negativa de tributos federais da pessoa jurídica, mesmo fazendo o parcelamento do que está pendente. Fez anexar em seu recurso uma Certidão Judicial Cível emitida pela Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas.

Ante ao exposto, considerando que durante o período de credenciamento (01/06/2023 a 09/06/2023) a empresa ADILSON FRANCISCO DA SILVA 00988579405 não atendia os requisitos do Edital, por não ter apresentado a Certidão negativa de tributos federais da pessoa jurídica, não é possível habilitar a empresa. Além disso, conforme informado na peça recursal, até o momento a empresa não possui a mencionada certidão.

### **DA CONCLUSÃO**

1. Assim, em face das razões trazidas no presente, INDEFERIMOS o pedido formulado pelo RECORRENTE, mantendo, para o caso em questão, o posicionamento inicial, expressado através da Ata Julgamento Preliminar.



2. Que o presente julgamento, com a peça recursal apresentada, seja anexado ao processo principal;
3. Que seja ainda disponibilizado o presente julgado aos interessados; e
4. Por fim, que a presente decisão seja encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem caberá a decisão final.

Arapiraca, 21 de junho de 2023.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

*Micheliney Rodrigues de Sousa Oliveira*  
**MICHELINY RODRIGUES DE SOUSA OLIVEIRA**  
Presidente Substituta da CPL

*Kerley Larisse Lima Santana*  
**KERLEY LARISSA LIMA SANTANA**  
Membro da CPL

*Isabela Kethelen Gomes Cavalcante Montes*  
**ISABELA KETHELEN GOMES CAVALCANTE MONTES**  
Membro Suplente da CPL